

Resumo curricular

José Manuel Pereira Alho, Bilhete de Identidade n.º 5658250 de 04/09/2007 de Santarém, nascido a 24 de Dezembro de 1961

Licenciado em Biologia (Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra)

Membro efectivo da Ordem dos Biólogos inscrito com o n.º 1940 no Colégio do Ambiente.

Situação profissional:

Director-Adjunto do Departamento de Gestão de Áreas Classificadas do Litoral de Lisboa e Oeste no ICNB.

Docente Equiparado a Professor Adjunto em acumulação no Instituto Politécnico de Leiria

Cargos profissionais:

Director do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros (10.09.96 a 30.10.97, 08.01.01 a 04.01.02 e 01.01.07 a 30.04.07)

Coordenador da Reserva Natural do Paul do Boquilobo (01.04.97 a 30.10.97)- Reserva da Biosfera (MAB)

Vice-Presidente do IPAMB — Instituto de Promoção Ambiental (31.10.97 a 08.04.99)

Membro da Comissão de Avaliação da Obra — Nova Ponte sobre o Tejo, em representação do IPAMB — Instituto de Promoção Ambiental (1997-1998-1999)

Membro do Fórum para a Comunicação Social (Alta Autoridade para a Comunicação Social) em representação do Ministério do Ambiente (1998-1999)

Membro da Comissão de Acompanhamento do Plano Nacional de Emprego, em representação do Ministério do Ambiente (1998-1999-2000).

Membro da Comissão de Acompanhamento do Convénio das Pescas, em representação do IPAMB — Instituto de Promoção Ambiental (1998-1999)

Membro do Grupo de trabalho de Educação Ambiental da DGXVI — EU, em representação de Portugal (1998-1999)

Presidente do IPAMB — Instituto de Promoção Ambiental (9 de Abril de 1999 a 20 de Julho de 2000)

Adjunto do Governador Civil do Distrito de Santarém (Set. 2000 a Jan. 2001)

Membro da Comissão de Avaliação Externa do Ensino Superior — Área de Biologia (Set. 2000-Jan. 2002).

1.º Vogal na Comissão Directiva da Paisagem Protegida da Serra de Montejunto (2001-2003)

Coordenador do Programa de Intervenção no Monumento Natural das Pegadas de Dinossáurios das Serras de Aire. (1998-2006)

Representante de Portugal na Comissão de Coordenação e membro da Comissão Técnica da Candidatura Ibérica "Incitas de Dinossáurios da Península Ibérica" a Património da Humanidade da UNESCO, por despacho do Secretário de Estado do Ambiente com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2007

Presidente da CMC do Plano de Ordenamento da Paisagem Protegida da Serra de Montejunto

Actividade associativa:

Presidente do Núcleo Regional de Ourém da Quercus — ANCN (1991-1996)

Vice-Presidente da Direcção Nacional da Quercus — ANCN (1992-1996)

Fundador e membro do secretariado Executivo da Rede Portuguesa de Educação Ambiental (1993-1996)

Representante das Associações de Defesa do Ambiente no Conselho Directivo do IPAMB — Instituto de Promoção Ambiental (Setembro 94 a Julho 96)

Membro do Conselho de Administração da ADIRN — Associação para o Desenvolvimento Integrado do Ribatejo Norte (1996-97 e 2001)

Presidente do Conselho Directivo da Associação de Desenvolvimento das Serras de Aire e Candeeiros (10.09.96 a 30.10.97); (08.01.2001 a 05.01.2002)

Membro da Comissão Regional da Região de Turismo do Ribatejo (1996-97 e 2001)

Membro da Sociedade de Ética Ambiental (fundador) e Presidente do Conselho Fiscal (desde 2000)

Vogal do Conselho Directivo da Ordem dos Biólogos com pelouro do Ambiente (desde 10 de Abril de 2002 a Abril de 2005)

Presidente da Direcção Nacional de LPN — Liga para a Protecção da Natureza (desde 18 de Abril de 2002 a 08 de Julho de 2005)

Membro do Conselho Deontológico e Profissional da Ordem dos Biólogos (1999 — 2002; e 2005 -2008)

Actividade autárquica:

Membro da Assembleia Municipal de Ourém no mandato de 2002 a 2005.

Membro da assembleia da Área Urbana de Leiria no mandato de 2004 a 2005.

Vereador da Câmara Municipal de Ourém (sem tempo atribuído) desde 21 Outubro 2005.

Despacho n.º 17716/2008

Na sequência do procedimento concursal destinado à selecção dos titulares do cargo de direcção intermédia de 2.º grau, de dois lugares de Director Adjunto do Departamento de Gestão de Áreas Classificadas Centro e Alto Alentejo, cujas competências se encontram definidas no artigo 5.º e Quadro anexo dos Estatutos do ICNB, I. P., aprovados pela Portaria n.º 530/2007 de 30 de Abril, que aprova os estatutos do Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, I. P., nos termos do disposto nos n.ºs 8, 9 e 10 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção que lhe é dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, no uso das minhas competências próprias, nomeio em comissão de serviço, pelo período de três anos:

O mestre Fernando José de Queiroz Alves Monteiro;
A mestre Maria da Paz Brojo Correia Moura.

Os nomeados têm o perfil pretendido para fazer cumprir as atribuições e objectivos do Departamento de Gestão de Áreas Classificadas Centro e Alto Alentejo, sendo dotados da necessária competência e aptidão para o exercício do cargo, em virtude de serem detentores de uma vasta e comprovada experiência profissional no exercício de funções no âmbito geográfico do Departamento de Gestão de Áreas Classificadas Centro e Alto Alentejo, de deter significativa experiência de trabalho em equipas pluridisciplinares e de coordenação de equipas, nomeadamente na área do lugar a prover, conforme resulta do respectivo currículo académico e profissional.

O presente despacho produz efeitos a partir da data da sua assinatura.

14 Março de 2008. — O Presidente, *João C. Rosmaninho de Menezes*.

ANEXO**Curriculum vitae****Fernando Queirós Monteiro**

Fernando José de Queirós Alves Monteiro.

Nasceu em 1964.

Licenciatura em Biologia (Ramo de Especialização Científico-Tecnológica em Ecologia e Recursos Zoológicos) em 1990, Universidade do Porto.

Mestrado em Ecologia Aplicada em 1994, Universidade do Porto. Curso de pós-graduação "Manejo y conservación de recursos naturales, aplicación a la gestión ambiental" em 2002, Universidade de Salamanca. Monitor do Grupo de Zoologia/Antropologia da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto entre 1989 e 1991.

Docente da Escola Superior Agrária do Instituto Politécnico de Castelo Branco entre 1994 e 2007 onde leccionou diversas disciplinas da área científica de Ecologia e Conservação da Natureza, foi coordenador do curso de Engenharia dos Recursos Naturais e Ambiente e presidente da Unidade Departamental de Silvicultura e Recursos Naturais.

Curriculum vitae**Maria da Paz Moura**

Nome — Maria da Paz Brojo Correia Moura

Data de nascimento — 25 de Fevereiro de 1964

Naturalidade — Coimbra

Estado Civil — Casada

Correio electrónico — mouramp@gmail.com

Formação académica:

2008 — Formação Avançada — ICNB (frequenta)

Formação para executivos — Cursos Intensivos de Especialização Instituto Superior de Economia e Gestão/Universidade Técnica de Lisboa

2006 — Mestrado em Educação Ambiental

Faculdade de Letras/Universidade de Coimbra

Classificação final de *Muito bom*

Bolsa de Mérito da SYLFF — The Ryoichi Sasakawa Young Leaders Fellowship Fund

"Diacronia e Memória de uma Paisagem

Análise visual da paisagem do Planalto Superior da Serra da Estrela"

2004 — Pós-graduação em Educação Ambiental

Faculdade de Letras/Universidade de Coimbra/Instituto Politécnico da Guarda

1993 — Licenciatura em Arquitectura Paisagista, Universidade Évora, média de 14 valores

1989-2007:

Desenvolve trabalhos em várias áreas:
 Ordenamento do território através da elaboração de pareceres técnicos para efeitos de licenciamento de obras e integração paisagística:
 Infra-estruturas eléctricas, rodoviárias, hídricas e hidroeléctricas;
 Estruturas turísticas, desportivas e industriais;
 Explorações de inertes;
 Povoamentos florestais;
 Energias renováveis — fotovoltaicos, mini-hídricos e eólicos.
 Membro das Comissões de Acompanhamento dos Planos Directores Municipais de Celorico da Beira, Gouveia, Seia, Covilhã, Manteigas e Guarda, como representante do ICN no âmbito da RAN e REN.
 Representante do PNSE na Comissão de Avaliação dos Estudos de Impacte Ambiental:
 Plano de Pormenor das Termas Corgas Largas — Gouveia;
 Estudo Prévio do IC7 — Venda de Galizes/Covilhã;
 Proposta de Definição de Âmbito do Estudo de Impacto Ambiental do Parque Eólico de Cabeça Alta — Celorico da Beira/Guarda;
 Suplente do ICN/PNSE no Aproveitamento Hidroeléctrico de Vale de Amoreira — Manteigas;
 Barragem da Ribeira das Cortes — Covilhã.
 Coordenadora das Comissões de Acompanhamento:
 Aproveitamento Hidroeléctrico do Sabugueiro II — Seia;
 Aproveitamento de Fins Múltiplos do Caldeirão — Guarda;
 Aproveitamento Hidroeléctrico de Caldas de Manteigas — Manteigas;
 Estância de Esqui da Serra da Estrela.
 Representante do PNSE nas Comissões de Acompanhamento:
 Central da Lagoa Comprida — Seia;
 DTL — Águas Minerero-medicinais de Gouveia, S. A. — Aldeias — Gouveia;
 Plano de Ordenamento da Albufeira da Cova do Viriato — Covilhã;
 Variante à EN 232 em Gouveia — Gouveia;
 Parque Eólico de Videmonte — Celorico da Beira;
 Estrada Nacional 339 Lagoa Comprida — Portela de Arão;
 Parque Eólico da Serra da Alvoaça — Seia;
 Parque Eólico de Corredor de Mouros — Manteigas.
 Acompanhamento e Orientação de Estágios Curriculares no PNSE:
 Licenciaturas de Arquitectura Paisagista — Universidade de Évora;
 Licenciatura de Engenharia de Ciências Agrárias e Ambiente — Ramo Rural — Escola Superior Agrária de Castelo Branco;
 Licenciatura de Turismo — Escola Superior de Turismo e Telecomunicações de Seia;
 Licenciaturas de Arquitectura e de Arquitectura Paisagista — Escola Universitária Vasco da Gama — Coimbra;
 Cursos de Turismo e de Técnico de Construção Civil — Escola Profissional da Serra da Estrela — Seia.
 Junho 2007/Março 2008:
 Organiza e coordena as áreas funcionais
 Comunicação e Marketing / Ordenamento e Impacte Ambiental
 Colabora na elaboração do Plano de Actividades para 2008 e na definição do conteúdo funcional dos funcionários do DGACCAA
 Colabora na inventariação do arquivo e do património imóvel e móvel do DGACCAA
 Elabora pareceres técnicos para efeitos de licenciamento de obras em áreas diversas no DGACCAA
 Representa o ICNB em processos de Ordenamento do Território e Avaliação de Impacte Ambiental

Departamento de Finanças e Gestão Administrativa

Despacho (extracto) n.º 17717/2008

Por despacho de 29 de Abril de 2008 do Vice-Presidente do Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, mediante parecer prévio da Secretária-Geral do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional:

Maria de Lurdes Martins de Serpa Carvalho, assessora do quadro do Instituto da Conservação da Natureza — provida na categoria de assessora principal, escalão 1 índice 710, do mesmo quadro, nos termos do artigo 29.º e 30.º da Lei n.º 2/2004 de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, ficando exonerada da categoria anterior a partir de 16 de Abril de 2008, data da aceitação do lugar de assessora principal e da cessação do cargo dirigente.
 (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas)

8 de Maio de 2008. — A Directora do Departamento de Finanças e Gestão Administrativa, *Otilia Martins*.

MINISTÉRIOS DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL E DA ECONOMIA E DA INOVAÇÃO

Despacho n.º 17718/2008

O Decreto-Lei n.º 285/2007, de 17 de Agosto — em complemento do Sistema de Reconhecimento e Acompanhamento de Projectos de Potencial Interesse Nacional (PIN), criado pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 95/2005, de 24 de Maio — preconiza, para os projectos considerados de excelência, um mecanismo célere de classificação de projectos PIN com importância estratégica, os PIN+ que, uma vez obtida, assegurará a tramitação também mais célere dos procedimentos administrativos.

Considerando que a PETROGAL, face à necessidade de modernização das infra-estruturas dos aparelhos refinadores, de forma a tornar possível ajustar o perfil da produção às necessidades do mercado, decidiu reequipar-se com unidades de conversão vocacionadas para produção de gasóleo a partir das fracções mais pesadas dos crudes;

Considerando que o projecto em causa, que implica a realização de um investimento no montante de 1059 milhões de euros, bem como a manutenção dos 2049 postos de trabalho existentes e criação de 150 novos postos de trabalho directos, irá colmatar os défices de produção de gasóleo, de naftas e propano observados no aparelho refinador nacional, anulando a importação até agora necessária destes produtos, e assegurando ainda não só uma maior cobertura da actividade de refinação como também um incremento da segurança do abastecimento energético nacional;

Considerando que o projecto foi estruturado de forma a cumprir rigorosos critérios de ordem ambiental e de segurança, estando por isso prevista a utilização das melhores técnicas disponíveis (MTDs) das BREF's, aplicáveis a refinarias de petróleo (Reference document on best available techniques for mineral oil and gas refineries), cuja aplicação conduzirá à minimização do consumo de utilidades, minimização das emissões de poluentes atmosféricos e permitirá a redução da carga de poluentes nos efluentes líquidos gerados;

Considerando que o supracitado diploma comete à Comissão de Avaliação e Acompanhamento dos Projectos PIN (CAA-PIN) as fases de apreciação liminar e de proposta de classificação do projecto como PIN+, nos termos, respectivamente, dos artigos 4.º e 5.º do Decreto-Lei n.º 285/2007, de 17 de Agosto, e que, nessa conformidade, foram pela dita Comissão cumpridos os seguintes procedimentos e formalidades:

- 1) Atribuição do estatuto PIN, deliberada pela CAA-PIN a 25 de Maio de 2007, atentas as características estruturantes do projecto de investimento em causa e o seu elevado potencial em termos de impactes económicos e sociais;
- 2) Verificação do preenchimento dos critérios estabelecidos no n.º 3 do artigo 2.º do diploma em questão;
- 3) Finalização da fase instrutória para atribuição da classificação do projecto como PIN+, com os elementos previstos no n.º 2 do despacho conjunto n.º 606/2005, de 22 de Agosto, acrescidos dos exigidos no n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei 285/2007, de 17 de Agosto;
- 4) Deliberação da CAA-PIN, de 4 de Março de 2008, no sentido da formalização do convite ao promotor, conforme o n.º 1 do artigo 4.º do citado diploma, bem como dos pedidos de pareceres às entidades a que aludem os n.ºs 2 e 3 do mesmo artigo, considerados relevantes para a apreciação e elaboração da proposta de classificação do projecto como PIN+;
- 5) Deliberação da CAA-PIN de apresentação da proposta para atribuição do estatuto PIN+, a 10 de Março de 2008, na sequência da avaliação dos pareceres atrás referidos, todos eles recebidos dentro do prazo legalmente previsto;

Considerando ainda que a CAA-PIN apresentou a referida proposta de classificação do projecto de modo fundamentado, através de um relatório conclusivo, como determina o artigo 5.º do diploma em questão;

Considerando, por último, que a classificação de um projecto como PIN+ é efectuada por despacho conjunto dos ministros responsáveis pelas áreas da economia, do ambiente, do ordenamento do território e desenvolvimento regional, bem como dos demais ministros em razão da matéria:

Determina-se:

- 1) É atribuída a classificação como PIN+ ao projecto de reconversão das refinarias de Matosinhos e Sines que, pelo seu mérito, demonstra especial interesse para a economia nacional e reúne as condições necessárias a essa classificação, nos termos do n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 285/2007, de 17 de Agosto;
- 2) A fundamentação da classificação do projecto de reconversão das refinarias de Matosinhos e Sines como PIN+ é a constante do relatório síntese, anexo ao presente diploma e que dele faz parte integrante;